



GESTÃO PÚBLICA, POLÍTICA PENAL E O JUDICIÁRIO EM PERSPECTIVA

INSTITUTO BRASILEIRO DE
ENSINO,
DESENVOLVIMENTO E
PESQUISA

PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO
STRICTO SENSU
PROFISSIONAL EM
ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA

Carga Horária: 40h
Créditos: 02
Categoria: Optativa

Ementa do Curso

Burocracia, gestão pública e tomada de decisão: aspectos conceituais; Burocracia, gestão pública e tomada de decisão: modelo e contexto de operação; Formação do Judiciário no Brasil: histórico; Formação do Judiciário no Brasil: gestão; Judiciário e a Política Penal no Brasil: histórico e governança; Desafios importantes da Política Penal; A ADPF 347 e o Estado de Coisas Inconstitucional; Reenquadramento da Política Penal; Tecnologia, Gestão Penal e Judiciário; Revendo a atuação do Estado da porta de entrada à porta de saída do sistema penal.

Objetivos do Curso

Analisar os principais limites e possibilidades da relação que se estabelece entre a gestão de políticas públicas e o Poder Judiciário no Brasil. Pretende-se compreender *como, em que sentido e sob quais condições* a relação entre os Poderes Executivo e Judiciário se estabelece no âmbito não apenas do alinhamento normativo, mas da efetiva operacionalização de políticas públicas cujas características demandam o trabalho harmonioso entre ambas as esferas para que logrem qualificada execução. Toma-se, para isso, como base de análise, tanto a estruturação, quanto as transformações pelas quais a Política Penal tem passado nas últimas décadas no país, justificando-se sua escolha pelas interconexões e interligações diretas e objetivas que ela estabelece entre os poderes citados no âmbito da gestão das execuções penais, seja do ponto de vista eminentemente normativo, seja do ponto de vista efetivamente operacional.

Ao final do curso, os alunos deverão estar aptos a:

- Identificar padrões de organização burocrática e os resultados passíveis de serem alcançados a partir dessa configuração entre os Poderes Executivo e Judiciário;
- Propor mudanças específicas na forma pela qual a burocracia se organiza e se estrutura entre Executivo e Judiciário, tendo em vista o incremento das probabilidades de efetividade para política penal no marco do Estado Democrático de Direito;
- Analisar a relação entre a burocracia e agentes da política penal, de forma a identificar riscos e oportunidades para implementação e acesso às políticas públicas.

MÓDULO I

Leituras Obrigatórias

HOWLETT, M.; RAMESH, M. & Perl, A. O Contexto da Política Pública. In: HOWLETT, M.; RAMESH, M. & PERL, A. Política Pública: seus ciclos e subsistemas – uma abordagem integral. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013, cap. 3.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Do Estado patrimonial ao Estado gerencial. In: PINHEIRO, P. S.; WILHEIM, J.; SACHS, I. (Org.). Brasil: um século de transformações. São Paulo: Companhia das Letras, 2001

CARDOSO JR., José C.. Planejamento governamental e gestão pública no Brasil: elementos para ressignificar o debate e capacitar o Estado. Texto para discussão 1584, IPEA, 2011

Jefferson Carús Guedes. BREVÍSSIMAS NOTAS SOBRE A HISTÓRIA DO DIREITO E DA JUSTIÇA NO BRASIL Confluências, vol. 13, n. 2 – Niterói: PPGSD-UFF, novembro de 2012, páginas 37 a 54

Samuel Martins Santos. Ordem jurídica e identidade nacional na Primeira República: três projetos de modernização para o Brasil. Dissertação apresentada junto ao Departamento de Direito do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2006

MÓDULO II

Leituras Obrigatórias

BARBOSA, Marco A.; PEREIRA, José L.P.. CNJ: O Panorama de uma Década na Gestão do Judiciário Brasileiro. Revista Jurídica Cesumar, v.16, n.2(2016). DOI: <https://doi.org/10.17765/2176-9184.2016v16n2p375-399>

STOCO, Rui. Conselho Nacional de Justiça: criação e vocação. In: MARRAFON, Marco Aurélio; MENDES, Gilmar Ferreira; SILVEIRA, Fabiano Augusto Martins (coords.). Conselho Nacional de Justiça: fundamentos, processo e gestão. São Paulo: Saraiva, 2016, p. 37-61

SADEK, Maria Tereza Aina. CNJ: o futuro da agenda. In: MARRAFON, Marco Aurélio; MENDES, Gilmar Ferreira; SILVEIRA, Fabiano Augusto Martins (coords.). Conselho Nacional de Justiça: fundamentos, processo e gestão. São Paulo: Saraiva, 2016, p. 109-123

MELO, Felipe Athayde Lins de Melo. A burocracia penitenciária: estudo sobre a configuração da gestão prisional no Brasil. Col. Questões Penitenciárias. Curitiba: Brazil Publishing. 2020 (pag. 227 a 310)

FERREIRA, C. Carolina. Política penitenciária nacional (1976-2018). São Paulo: FGV, 2021 – Tese de doutorado. Disponível em: <https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/carolina.pdf> (pág. 81 a 151)

MÓDULO III

Leituras Obrigatórias

DE VITTO, Renato e DAUFEMBACK, Valdirene. Para além das prisões: reflexões e propostas para uma nova política penal no Brasil. Belo Horizonte: Letramento, 2018 (pág. 7 a 30)

Brasil, DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional e PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Modeo de Gestão da Política Prisional – Caderno II. Brasília: Conselho Nacional da Justiça, 2020. https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/09/CAD_2-mgpp_eletronico.pdf (pág. 13 a 57)

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. O Sistema prisional brasileiro fora da Constituição: 5 anos depois. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/06/relato%CC%81rio_ECI_1406.pdf

DUTRA, W.Z; OSORIO, D. B.; PEREZ, J. S. F.; SANDOVAL, A. B.; GALANTE, M. L.; BOEIRA, L. S. Revisão rápida: Mapeamento de experiências internacionais em políticas penais. Brasília: Instituto Veredas; Hub de Evidências da América Latina e do Caribe, 2023. Disponível em: https://www.veredas.org/wordpveredas/wp-content/uploads/2023/11/AF_PoliticPenais_web.pdf (pág 1 a72)

DE VITTO, Renato e DAUFEMBACK, Valdirene. Para além das prisões: reflexões e propostas para uma nova política penal no Brasil. Belo Horizonte: Letramento, 2018. (pág 331 a 355)

MÓDULO IV

Leituras Obrigatórias

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Guia de formação em alternativas penais I: Postulados, princípios e diretrizes para a política de alternativas penais no Brasil, 2020 – <https://www.cnj.jus.br/wp->

content/uploads/2020/09/guia-de-formacao-em-alternativas-penais-l-postulados-principios-e-diretrizes_eletronico.pdf (pag. 13 a 18)

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Monitoração Eletrônica Criminal – Evidências e Leituras sobre a Política no Brasil, 2020.
<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/11/sumario-executivo-monitoracao-eletronica.pdf> (pag. 10 a 27)

INSTITUTO VEREDAS. Enfrentando o estigma contra pessoas egressas do sistema prisional e suas famílias, 2020.
https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/10/sinteseevidencias_estigma_setembro1.pdf

MACHADO, Fernanda de Vargas; COLOMBO, Cristiano. Inteligência artificial aplicada à atividade jurisdicional. Rev. Esc. Jud. TRT4, Porto Alegre, v. 3, n. 5, p. 117-141, jan./jun. 2021

Baptista, I. de, & Costa, P. R. da. (2019). O impacto da inovação no Poder Judiciário: um ensaio teórico / The impact of innovation on the judiciary: a theoretical essay. *Brazilian Journal of Development*, 5(8), 12445– 12465.
<https://doi.org/10.34117/bjdv5n8-087>
